



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O SPED COMO FERRAMENTA CONTRA FRAUDES: perspectiva dos profissionais
de contabilidade em Campina Grande/PB.**

Renata de Queiroz Ramos

Campina grande/PB

2012

RENATA DE QUEIROZ RAMOS

**O SPED COMO FERRAMENTA CONTRA FRAUDES: perspectiva dos profissionais
de contabilidade em Campina Grande/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Campina Grande/PB
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA1 – UEPB

R175s Ramos, Renata de Queiroz.

O SPED como ferramenta contra fraudes: perspectivas dos profissionais de contabilidade em Campina Grande- PB./ Renata de Queiroz Ramos. – 2012.

21f.:il.color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2012.

“Orientação: Prof. Ms. Manuel Soares Silva, Departamento de Contabilidade”.


1. Contador. 2. SPED. 3. Fraudes. I. Título.

21. ed. CDD 657.61

RENATA DE QUEIROZ RAMOS

**O SPED COMO FERRAMENTA CONTRA FRAUDES: perspectiva dos profissionais
de contabilidade em Campina Grande/PB.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



Professor Msc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



Prof. MSc. Mantel Soares Silva / UEPB
Orientador



Profa. Esp. Vânia Vilma Nunes Teixeira Xavier / UEPB
Membro



Pof. MSc. Ricardo Ferreira Dantas / UEPB
Membro

RESUMO

RAMOS, Renata de Queiroz. **O SPED COMO FERRAMENTA CONTRA FRAUDES: perspectiva dos profissionais de contabilidade em Campina Grande/PB.** 2012.21 (folhas) Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

O fracasso ou sucesso de uma organização depende de como ela gerencia seus sistemas de informações e, para tanto, buscar meios que tornem seus sistemas mais dinâmicos e eficazes, vem sendo um dos grandes desafios para qualquer gestor. Adequar-se ao processo tecnológico tornou-se um fator preponderante para o bom aproveitamento de um potencial eficiente na geração de informação e, conseqüentemente, na tomada de decisões. É uma inovação nos últimos tempos, para as áreas financeira e administrativa foi o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que desponta como meio de escrituração fiscal e contábil, entre outros, o qual foi implementado pelas autoridades tributária do Brasil. Assim, surge este estudo que tem como objetivo analisar a opinião dos profissionais de contabilidade em Campina Grande/PB sobre a relação entre o SPED e as fraudes fiscais. A metodologia adotada foi a realização de pesquisa exploratória, bibliográfica e qualitativa, utilizou-se um questionário como instrumento de coleta de dados. Chegou-se a conclusão de que o profissional contábil em Campina Grande/PB ainda não possui confiança suficiente no SPED como ferramenta de combate às fraudes.

Palavras Chaves: Contador. SPED. Fraude.

1 INTRODUÇÃO

Com as diversas mudanças ocorridas em nossa sociedade no decorrer dos anos, acompanhar a velocidade das informações tornou-se um fator indispensável para profissionais das mais diversas áreas. Para os profissionais de contabilidade não foi diferente, pois com a modernidade das informações mudou-se também o modo de prestar seus serviços aos usuários.

Tais mudanças possibilitaram a modernização dos procedimentos realizados pelo governo em suas três esferas (Municipal, Estadual e Federal) para que as informações chegassem às mesmas de forma mais rápida e precisa. Desta maneira, o avanço tecnológico auxilia no cruzamento de informações pelo fisco e no combate a prática da fraude.

Fraude em seu sentido amplo, não é uma prática atual, pois a mesma vem sendo motivo de discussões, estudos e debates há diversos anos. Tal prática, apesar de ser bastante combatida e a tecnologia vir como uma ferramenta de ajuda continua sendo um assunto delicado a ser tratado, pois os fraudadores modernizaram também suas técnicas e acabam atualizando a maneira de fraudar, burlar, falsificar e adulterar em meios eletrônicos.

Após diversas discussões e estudos, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, resultado de esforços para criar um meio que pudesse tornar mais eficiente, eficaz e seguro o sistema de informações prestadas ao governo numa tentativa de acompanhar a modernização mundial.

Os profissionais que trabalham com a contabilidade que participam deste novo processo no mercado mundial, necessitam estar conectados às transformações ocorridas nos últimos anos, adaptando-se ao meio eletrônico, inclusive às ferramentas dispostas pelo Governo. Diante disto, formula-se a seguinte problemática: **Para os profissionais de contabilidade, o SPED é uma ferramenta que pode acabar com as fraudes fiscais?**

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a opinião dos profissionais de contabilidade em Campina Grande/PB sobre a relação entre o SPED e as fraudes fiscais.

Como objetivos específicos, o estudo discorrerá sobre sistemas de escrituração contábil, e fraudes, além de abordar o SPED, apresentando-o como um sistema que se encontra ainda em fase de implantação, e vem sendo utilizado pelos contabilistas para fins de cumprimento de obrigações legais juntos aos órgãos tributantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evolução histórica da contabilidade

O surgimento da contabilidade é considerado algo tão antigo quanto à humanidade. Desde os primórdios o ser humano busca quantificar algo que considera que lhe pertence e esta ligada “(...) as primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos”(IUDICIBUS *apud* Venturalli, 1998, p. 11).

Fazendouso de imagens nas paredes das cavernas, o homem primitivo desenhava tudo aquilo que caçava durante o dia, tendo assim, como controlar o que estava em suas mãos, este processo foi a primeira forma de registro que se tem conhecimento. Neste momento surge a ideia de coletivo, o grupo juntava um montante de tudo aquilo que caçava e colhia e era dividido entre os indivíduos daquele grupo.

Com o passar do tempo, o homem deixa a caça e volta-se à agricultura e ao pastoreio, desta forma, houve uma separação do que era coletivo passando-se a existir um senso de propriedade, onde cada indivíduo começa a criar sua riqueza individual. E toda riqueza construída pelos pais eram repassadas aos filhos, esta herança deixada pelos pais denominava-se patrimônio, este termo mais tarde, passou a ser usado como referência para valores independentemente de ser herança ou não.

Por volta de dois mil anos a.C, com o surgimento do comércio, a contabilidade avança, havendo então, a necessidade de se registrar tudo o que era comercializado, para poder controlar o patrimônio e ainda se haveria possibilidade de rendimentos futuros, até então, não havia crédito, todas as transações eram realizadas à vista. Na idade média, começa a despontar o *Tractatus de Computis et Scripturis*- Contabilidade por Partidas Dobradas - do Frei Luca Paciolo. A obra publicada em 1494 evidencia que a teoria contábil do débito e crédito assemelha-se a teoria dos números positivos e negativos, desta maneira, o referido frei introduz a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano e deu origem a sistematização dos registros.

Os registros contábeis começam a evoluir, passado de desenhos em cavernas, depois em argilas, em papiros, a forma mecanizada até atingir o processo que dos dias atuais. A humanidade veio modificando seus costumes e a forma de se contabilizar o patrimônio também acompanharam essas mudanças.

Em tempos de globalização e modernização, surge a necessidade de todos os profissionais acompanharem esses avanços. Com as mudanças ocorridas na era da informatização, a contabilidade sofreu mudanças significativas, principalmente por tratar-se de uma ciência de grande relevância inserida na economia mundial. Segundo Ferreira (2012), “o mercado de trabalho exige do profissional de contabilidade conhecimento com a ciência da informação em virtude da rápida automação verificada nos diversos setores da economia, em processo contínuo e irreversível”. Mas para chegar a este ponto a profissão contábil passou por um longo processo de transformação.

A escrituração contábil passou por um longo processo de evolução, sendo cada fase diferente uma das outras, no total foram três: Procedimento manuscrito, procedimento mecanizado e o procedimento informatizado.

2.2 Fases da escrituração Contábil

2.2.1 Fase do procedimento manuscrito

Fase de procedimentos complicados para os profissionais da época, pois o seu trabalho era delongado. A demora em preencher manualmente os livros, como o diário, razão, caixa, dentre outros, era grande e por esta razão, estes profissionais tinham dificuldades em manter sua contabilidade atualizada pelo enorme volume de registros e informações que eram exigidos. De acordo com (OLIVEIRA *apud* Cilistrio et al, 2010, p. 24) “Esta foi uma fase muito difícil para os contadores”, pois o tempo desperdiçado em descrever manualmente todos os movimentos das empresas gerava um atraso em suas atividades.

Além disso, não existia uma confiabilidade nas informações, por serem insuficientes, não geravam confiança aos usuários, que acabavam considerando o contador como a pessoa que calculava os impostos para o governo, sendo de pouca importância para a empresa.

2.2.2 Fase do procedimento mecanizado

Nesta fase o processo que antes era feito manualmente passa a necessitar de máquinas específicas para o trabalho. A máquina de datilografia ganhou um espaço cada vez maior nas empresas. A escrituração passa, neste momento, a ser feita através de fichas datilografadas, acelerando o processamento dos dados.

Nos dias de hoje é cada vez mais difícil encontrar uma máquina destas nos escritórios de contabilidade, pois segundo Bairro (2008, p. 14) “os microcomputadores tomaram o seu lugar, oferecendo muito mais vantagens para o segmento contábil”. Esta fase deu lugar para o processamento informatizado.

2.2.3 Fase do processamento informatizado

Os microcomputadores e os sistemas começaram a surgir a partir da década de 80 no século passado, com isso boa parte dos processos manuais e mecânicos passaram a ser informatizados. De acordo com Bairro (2008, p. 15), esta mudança acelerou o processo de informação ao usuário, pois “os livros de registros foram passados a ser processados eletronicamente, sendo substituídos por folhas soltas ou formulários contínuos e os fichários por pastas contínuas e mídias eletrônicas”, trazendo assim, inúmeras vantagens ao setor contábil das empresas.

Não foram apenas nas empresas privadas onde houve o avanço tecnológico, os órgãos do governo, em suas três esferas, Municipal, Estadual e Federal, tiveram que se adaptar

também. Hoje o cruzamento de informações via internet é considerado um grande passo para a rapidez nas transações feitas pelas empresas e pelo governo, e principalmente para tentar combater a prática da fraude.

2.3 Fraude

A prática da fraude vem acompanhando a sociedade há muito tempo, e ouvir falar em pessoas que fraudam ou que foram envolvidas em esquemas fraudulentos que findam em escândalos a nível nacional ou até mesmo mundial é cada dia mais comum. De acordo com Sá (2008, p.13) “Fraude é a lesão, o erro premeditado, feito propositadamente para lesar alguém”, ainda segundo Rocha e Pires (2000, p.293) fraude é um “abuso de confiança”. Assim, esta prática torna-se um ato premeditado de prejudicar terceiros em benefício próprio.

Mas não é de hoje que esta isto é discutido, o Pe. Antônio Vieira em 1655 ao escrever o Sermão do Bom Ladrão, fez uma citação de São Basílio Magno dizendo que:

Não só são ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas, ou espreitam [...]; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam [...] o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com mancha, já com forças roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor nem perigo: os outros se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam.

O padre falava para as maiores autoridades de sua época, reis e governantes que utilizavam os seus cargos em benefício próprio, pois obtendo o poder em suas mãos tinham o domínio para manipular qualquer situação. Embora este texto seja antigo, continua atual para os dias de hoje.

O poder associado à ambição configura um quadro que pode desencadear algumas situações favoráveis à fraude. De acordo com Lunkes (2010, p.98) “A ocorrência de fraudes está, quase sempre, relacionada à ambição e vaidade das pessoas, o desejo da posse de bens materiais e a ineficiência de controle interno”. A falta de controles internos caracteriza um ambiente propício para fraude.

Sabe-se que as maiores fraudes, quase sempre são praticadas por quem tem autoridade dentro da empresa ou de quem acumula funções, de acordo com Sá (2008, p. 209) quem “Acumula Funções, tem em suas mãos grandes canais de fraudes”, pois geralmente essa pessoa participa de processos decisivos dentro da empresa como, por exemplo, quem compra

e negocia diretamente com o fornecedor ser a mesma pessoa a paga-lo. Ainda, o referido autor, diz que o fraudador é um tipo específico e nem sempre comete fraude sozinho, mas com a ajuda de terceiros. Ele depende de outras pessoas, pois necessita que os serviços correlatos sejam facilitados para que o esquema funcione de forma integral.

Dentre as fraudes mais comuns voltadas à área contábil encontram-se as relacionadas à ordem tributária. A sonegação fiscal constitui uma prática ainda frequente no Brasil. Neste sentido, Duarte (2011, p. 112) diz que “A fraude ou sonegação ocorre quando o contribuinte utiliza procedimentos que violem diretamente a lei ou o regulamento fiscal. Sonegação é um ato voluntário, consciente, em que há intenção de omitir-se tributo devido.” Destarte, o governo vem estudando diversas formas para dirimir esta prática e o avanço da tecnologia trouxe algumas ferramentas para facilitar e acelerar não só o trabalho do profissional de contabilidade como também o do governo.

2.4 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: origem e definição

Aproveitando os avanços tecnológicos e em busca de melhorias e garantias que pudessem inibir ou exterminar com fraudes no sistema financeiro do Brasil, foi aprovada em 19 de dezembro de 2003 a Emenda Constitucional nº 42 que introduziu o inciso XXII ao art.37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

No ano seguinte, no mês de julho, foi realizado em Salvador o I Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAD, que objetivou a buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações. E o primeiro passo foi a aprovação de dois Protocolos de Cooperação Técnica, um para criação de um cadastro sincronizado que pudesse ser utilizado pelas três esferas de governo e, outro de caráter geral, que tornasse viável o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendessem aos interesses dos Entes Públicos.

Só em 2005, no II ENAD, foram assinados os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03 que tinham por objetivo desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital o SPED e a Nota Fiscal Eletrônica. De acordo com Azevedo e Mariano (2009, p.43) “a mudança se tornou necessária porque chegamos num ponto em que a continuidade da utilização do papel dificulta tanto o contribuinte em cumprir as obrigações quanto o Estado

em fiscalizar”. Desta forma, este sistema veio para facilitar o cruzamento das informações prestadas pelas empresas com maior rapidez e menor custo.

2.4.1 Objetivos

De acordo com a Receita Federal o SPED tem o objetivo de promover a integração dos fiscos, por meio da padronização e partilhar informações contábeis, além disso, busca também racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, e por fim pretende tornar mais rápido a identificação de ilícitos tributários, com fiscalizações mais efetivas das operações de cruzamentos de dados e auditoria eletrônica.

Com estes objetivos principais a Receita Federal desenvolveu o SPED para melhor atender as expectativas tanto dos usuários como também do próprio governo.

2.4.2 Abrangência

O SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Abrange:

- Escrituração Contábil Digital (ECD)
- Escrituração Fiscal Digital (EFD)
- Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)
- Livro de Apuração do Lucro Real (e-Lalur)
- Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)
- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)
- Central de Balanços
- Escrituração Fiscal da Folha de Pagamento e das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (EFD-Social).

Embora o SPED seja fonte de grandes discussões em sua abrangência total, destaca-se, neste ponto, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e.), por sua relevância e por ser fonte de maiores debates por estudiosos da área e por tratar-se de um documento de suma importância para qualquer empresa.

A Nota Fiscal eletrônica é um documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços ocorridos entre as partes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e recepção, pelo Fisco, antes da ocorrência do Fato Gerador.

A NF-e transita passando pelas seguintes etapas:

- a) O vendedor envia a NF-e para Secretaria da Fazenda (Sefaz) para que seja validada.
- b) A Sefaz procederá a validação da NF-e recebida avaliando a Assinatura Digital, Esquema XML, Numeração e Emitente Autorizado.
- c) Se a análise for positiva a Sefaz autorizará o uso da NF-e devolvendo a autorização ao vendedor.
- d) O vendedor retransmitirá a NF-e para a Sefaz de destino e para Receita Federal. Nesse momento gera-se um DANF-E – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica – que servirá para acompanhar o transito da mercadoria até o comprador.

Para a sociedade o sistema de NF-e é uma inovação, mas deve-se existirum esforço em conjunto, tanto por parte dos empresários, como dos próprios contadores para caminharem na mesma direção dessa modernização no sistema tributário nacional. Para Ávila (2009) “a NF-e representa a modernização das relações comerciais entre empresas, favorecendo o comércio eletrônico, a redução do custo-Brasil e a disseminação do uso da tecnologia de certificação digital”. Mas com o crescimento do comércio eletrônico, cresce também os perigos que envolvem este meio.

2.5 Entraves dos avanços tecnológicos.

Muitas empresas ainda estão passando pelo processo de modernização e capacitação dos funcionários para o uso dos sistemas eletrônicos, isto significa que mesmo com todos os esforços feitos pelo governo, ainda é numerosa a quantidade de informações nas NF-e enviadas com erros para a Receita Federal. Ávila (2009) justifica este fato dizendo que “a falta de conhecimento fiscal do emitente, informações erradas ou incompletas ou simplesmente cadastros de clientes e produtos desatualizados ou incompletos podem representar entraves relativos à emissão das notas eletrônicas”, desta forma, problemas dessa ordem, estão se convertendo em multas.

Em uma pesquisa realizada pelo site da Fiscosolf recentemente, divulgou que constata a dificuldade das empresas e os profissionais da área contábil em lidar com a complexidade da legislação tributária. Das 570 empresas de diversos setores consultadas, 41,1% disseram que seus sistemas ainda estão desatualizados. Outro dado preocupante neste levantamento é que 61,8% das empresas revelaram já terem recolhido as contribuições de forma incorreta. (RINCAWESKI, 2011). A pesquisa realizada mostra apenas dados que dizem respeito aos erros sem levar em consideração as fraudes.

A Receita Federal considera a NF-e totalmente segura, mas o simples fato de um comprador e um vendedor combinarem para a operação que se pretende fraudar não seja registrada eletronicamente, é o bastante para driblar o controle fiscal eletrônico. (PANZARINI *apud* Maia e Oliveira, 2007, p. 5). Mesmo por meios, agora eletrônicos, as fraudes e sonegações ainda existem, o que muda é a forma de atuação dos fraudadores e a forma de fiscalização que será usada a partir de agora.

2.6 Fiscalização

Para se combater as fraudes ocorridas dentro dos sistemas que buscam facilitar e dinamizar as informações prestadas, não só aos órgãos públicos, mas também em outras esferas, se faz necessária uma fiscalização abrangente e eficaz que garanta a segurança daquilo que está sendo transmitido. Mas é notório que esta fiscalização fica mais na teoria do que na prática. De acordo com Santos (2006) “a Legislação em vigor mostra-se ineficiente quanto às normas de controle, especialmente pela falta de proatividade na sua atual metodologia de combate”. Percebe-se que a legislação deve se antecipar aos problemas que possam ser ocasionados, pois seus métodos estão se tornando ineficiente.

De acordo com a Receita Federal há cerca de 903,528 mil emissores de NF-e e até 17 de novembro de 2012 o valor apurado em NF-e autorizadas chegava a 5,742 bilhões de reais, números elevados e que precisam ser fiscalizados corretamente. Segundo Milagre (2008) “A Receita está se virando com os fiscais, muitos sem conhecimentos de perícia computacional e técnicas de ocultação de servidores e dados, mas com conhecimentos suficientes para detectar fraudes básicas”. Com o avanço tecnológico avançam-se também, as dificuldades em detectar determinadas fraudes sofisticadas. Entende-se que um perito que atua nessa área precisa manter-se atualizado e ter um conhecimento apurado dos artifícios que os fraudadores utilizam para não praticarem técnicas obsoletas.

Ainda em relação à perícia por parte da Receita, mais especificamente em relação à NF-e, o perito deve ficar atento, segundo Milagre ao:

Cancelamento eletrônico de notas e se realmente ocorreu a circulação da mercadoria, manobras na elaboração da carta de correção eletrônica, comparação dos arquivos de entrada com arquivos de saída, se a escrituração fiscal corresponde às Notas Eletrônicas emitidas, análises dos arquivos de lotes de 50 notas com no máximo 500 *kbytes* e seus respectivos *hashs*, dentre outros.

Estes são pontos de análise que ajudam na descoberta de fraudes em NF-e se detectados corretamente. De acordo com Ferreira (2012) “contabilidade foi a ciência que mais sofreu o impacto dessas transformações tecnológicas” isto porque ela atua num meio onde o patrimônio e suas variações são fatores decisivos para a economia e algo que circula velozmente como as informações que chegam ainda mais rápido através dos meios eletrônicos tem um impacto imediato na economia. Por isso, a contabilidade passa por constantes transformações, tendo que adaptar-se sempre ao contexto atual acompanhando, não só a economia globalizada como também a tecnologia.

3. METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso baseia-se em uma pesquisa científica que pode ser definida como “estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de descobrir ou detectar fatos ou princípios relativos às diversas áreas do conhecimento humano.” (MENEZES *apud* Ohira, p. 66).

E para conseguir chegar a um objetivo é necessário seguir por meio de uma metodologia, que segundo Barros e Leheld (2007, p.2) “corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento [...]”.

Neste contexto, para reforçar a fundamentação teórica, foi realizada uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2010, p. 27) “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema”. Baseada por um estudo onde a amostragem foi qualitativa, pois de acordo com Terence (2006, p.2) “na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda”, fazendo a fundamentação em levantamentos bibliográficos, utilizando como fontes livros, artigos científicos e sites da internet, que corroboraram para a elaboração e melhor entendimento ao tema abordado.

Para se chegar às opiniões dos contabilistas de Campina Grande/PB foi aplicado um questionário junto a 30 profissionais de contabilidade de Campina Grande/PB, os quais responderam o mesmo por escrito em forma de contado direto.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

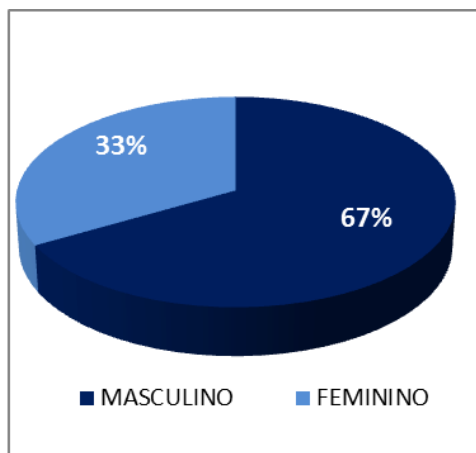
Diante das informações coletadas sobre a percepção dos profissionais de contabilidade no que diz respeito ao SPED como ferramenta contra a fraude, dos 30 profissionais entrevistados, 67% eram do sexo masculino e apenas 33% do sexo feminino. Índice mostrado no gráfico 1.

Quando perguntados sobre o conhecimento que possuem sobre o SPED, cerca de 27% consideraram pouco, outros 27% consideram razoável, a grande maioria, 40% dizem ter um bom conhecimento e apenas 6% acreditam que seu conhecimento no SPED é ótimo, conforme o gráfico 2.

Questionados se acreditam que SPED facilitou seu trabalho, 40% dos entrevistados responderam que sim e 60% disseram que esta ferramenta não facilitou o trabalho, de acordo com o gráfico 3.

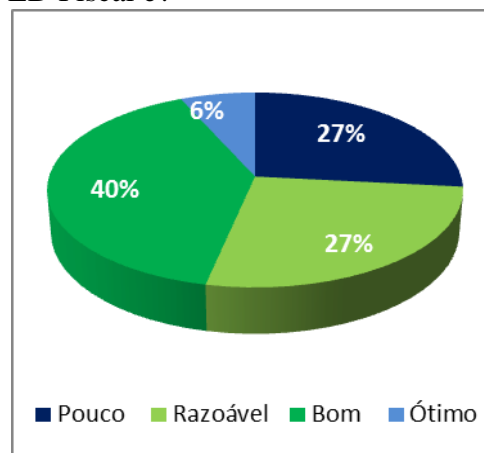
No gráfico 4, quando perguntados sobre a confiabilidade do SPED, 40% acham o SPED muito confiável, enquanto cerca de 60% acreditam que é algo pouco confiável.

Gráfico 1: Quanto ao gênero



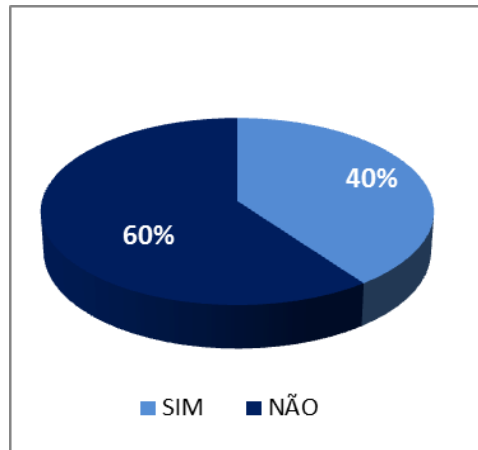
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Gráfico 2: Seu conhecimento sobre o SPED Fiscal é?



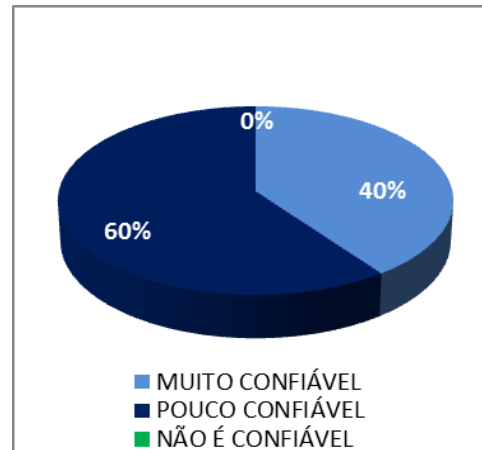
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Gráfico 3: Acredita que o SPED facilitou seu trabalho?



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Gráfico 4: Você considera o SPED uma ferramenta:

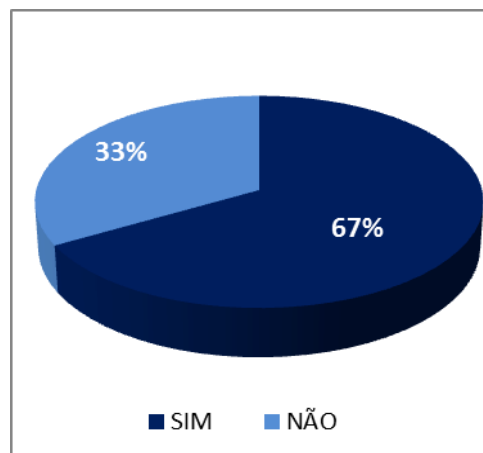


Fonte: Dados da pesquisa (2012)

De acordo como gráfico 5 ao serem questionados se já tiveram problemas na elaboração e transmissão do SPED, 67% afirmam que já tiveram problemas e 33% dizem não terem tido problemas.

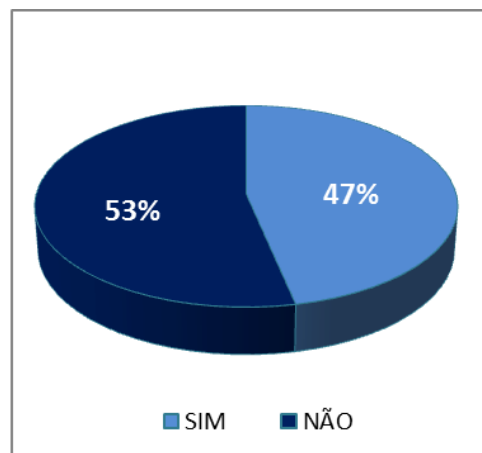
A respeito do site do SPED, quando questionados se o mesmo presta informações adequadas ao usuário para a sua utilização, 47% responderam que sim e 53% responderam que não presta as informações necessárias. Como mostra o gráfico 6.

Gráfico 5: Já teve problemas na elaboração e transmissão do SPED?



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Gráfico 6 O site do SPED presta informações adequadas ao usuário para sua utilização?



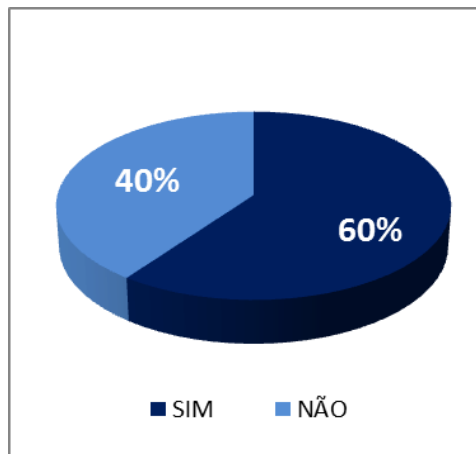
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Ainda falando sobre o site, foi perguntado se o profissional de contabilidade o considera seguro para a transmissão das informações geradas pelas empresas para o SPED,

60% respondeu que consideram seguro e 40% que não consideram seguro. Conforme mostra o gráfico 7.

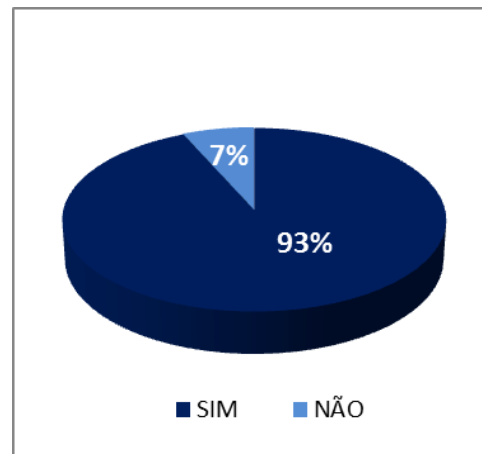
O gráfico 8 observa-se a percepção dos profissionais de contabilidade, quando perguntados se acreditam que haja algum tipo de fiscalização nas transmissões de informações e 93% acham que sim e apenas 7% não acreditam em fiscalizações nas informações.

Gráfico 7: Considera o site do Governo Federal seguro para a transmissão das informações geradas pelas empresas para o SPED?



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Gráfico 8: Acredita que haja algum tipo de fiscalização nas transmissões de informações?

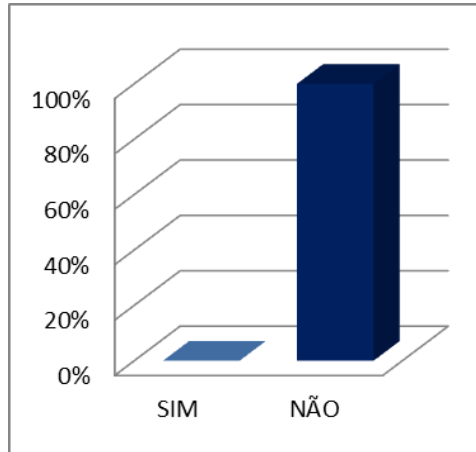


Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Tratando das fiscalizações, o gráfico 9 nos mostra que quando questionados se já sofreram fiscalização em documentos transmitidos pelo SPED, 100% respondeu que não tinham passado por fiscalização alguma.

O gráfico 10 corresponde as respostas de dois questionamentos feitos a respeito de fraudes. Em uma das questões foi perguntado se o profissional acredita que houve uma diminuição das fraudes depois do SPED. Já na outra questão foi indagado se o SPED poderá vir a acabar com as fraudes fiscais e contábeis. Como resposta para ambas as perguntas os percentuais foram os mesmos, 47% acham que não e 53% acreditam que sim.

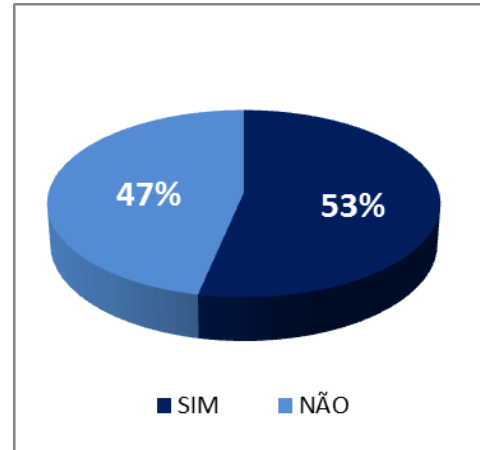
Gráfico 9: Já sofreu fiscalização em documentos transmitidos pelo SPED?



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Gráfico 10.

- .Acredita que houve uma diminuição das fraudes depois doSPED?
- . Em sua opinião, o SPED poderá vir a acabar com as fraudes fiscais e contábeis?



Fonte: Dados da pesquisa (2012)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram mostradas algumas mudanças ocorridas na contabilidade, e ainda como as modernizações da atual conjuntura globalizada tornou o processo de transmissões de informações mais ágil. Por esta razão, o profissional de contabilidade busca constantemente aperfeiçoar-se para manter-se no mercado de trabalho, acompanhando as tendências e atrelando melhorias aos serviços prestados aos usuários.

No que diz respeito à avaliação do material coletado, este permite retornar às indagações iniciais para as considerações pertinentes. O objetivo deste trabalho foi analisar a opinião dos profissionais de contabilidade em Campina Grande - PB sobre a relação entre o SPED e as fraudes fiscais. Desta forma, através do levantamento feito, constatou-se que os profissionais de contabilidade estão passando por uma fase de adaptação no processo do uso do SPED.

Ainda dentro da mesma avaliação verificou-se que grande parte dos profissionais pesquisados avaliou o SPED como sendo uma ferramenta que veio para somar e facilitar seu trabalho. Averiguou-se também, que problemas relacionados à elaboração e transmissão de dados ao site constitui uma insatisfação por parte destes profissionais, e que ainda persiste

certa desconfiança em relação à fiscalização e no que diz respeito às fraudes fiscais e contábeis em meios eletrônicos.

Desta maneira, acredita-se que muito ainda há de ser feito em relação ao combate às práticas fraudulentas dentro do sistema financeiro nacional, e o profissional contábil constitui-se como uma ponte que liga as informações das empresas e o governo tendo papel fundamental na economia e nas transformações existentes no país.

A avaliação feita neste estudo pode sofrer algumas modificações por ter sido limitado a apenas 30 profissionais de contabilidade da cidade de Campina Grande/PB, pois por razões variadas, alguns profissionais procurados preferiram abster-se da pesquisa, mas acredita-se que as respostas dos que participaram façam parte de um senso comum.

Recomenda-se, para trabalhos futuros, e com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento pelo qual ainda passa o SPED, que possa ser realizadas novas pesquisas empíricas a fim de se poder aferir o que os contabilistas de Campina Grande/PB pensam sobre o referido assunto, inclusive se aumentado o tamanho da amostra.

ABSTRACT

RAMOS, Renata de Queiroz. **SPED AS A TOOL AGAINST FRAUD: perspective of accounting professionals in Campina Grande / PB**. 2012.21 (leaves) Work of completion - Accounting Course, State University of Paraíba, Campina Grande, 2012.

The failure or success of an organization depends on how it manages its information systems and, therefore, seek ways to make their systems more dynamic and effective, has been a major challenge for any manager. To adapt to the technological process has become an important factor for the proper utilization of a potential efficient in generating information and consequently in decision making. And an innovation in recent times, for the financial and administrative areas was the Public Digital Bookkeeping System - SPED, which arises as a means of book keeping and accounting, among others, which was implemented by tax authorities in Brazil. Thus arises this study is to analyze the views of accounting professionals in Campina Grande / PB on the relationship between SPED and tax fraud. The methodology adopted was to perform exploratory research and qualitative literature, a questionnaire was used as an instrument for data collection. It reached the conclusion that the accounting professional in Campina Grande / PB does not have enough confidence in SPED as a tool to combat fraud.

Key Words: Counter. SPED. Fraud.

REFERENCIAS:

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. **Sistema Público de Escrituração Digital**. 2.ed.São Paulo: IOB, 2009.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**, - 3.ed.- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como Elaborar Trabalho Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3 ed.São Paulo: Atlas, 2006.

DUARTE, Roberto Dias – **Big Brother Fiscal** – IV – manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós SPED. Ed. ideas@work, 2011. Belo Horizonte.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LUNKES, Rogério João. **Controle de Gestão: Estratégico, tático, operacional, interno e de risco**. São Paulo: Atlas,2010.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. São Paulo: Scipione, 2000.

SÁ. Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 8.ed.São Paulo: Atlas, 2008.

BAIRRO, Darliene Rodrigues. **Sistema de informações contábil como ferramenta para tomada de decisões**. Pato Branco – Paraná, 2008. Disponível em: <revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/download/466/241> Acesso: 19.11.12.

CILISTRIO, Fabiana Ferreira; ELIAS, Fernanda Leal; RIBEIRO, Fernanda, . **A transformação da contabilidade na era da escrituração digital**– Nova Venécia: UNIVEN/ Faculdade Capixaba de Nova Venécia, 2010. Disponível em: <http://univen.no-biz/listamono/monografias> Acesso: 19.11.12

ÁVILA, Moisés. **CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO: Nota fiscal eletrônica pede cautela**.2009.Disponível em: < http://moisesavila.blog.terra.com.br/2009/03/04/nota-fiscal-eletronica-pede-cautela/> Acessado em 26.05.12.

FERREIRA, Marilda Brito. **Os efeitos da tecnologia da informação na Contabilidade**. Revista Contábil & Empresarial Fiscolégis. Aracajú.2012. Disponível em: <http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=484 > Acesso: 29.09.2012.

MAIA, Diulie Fernandes; OLIVEIRA, Wolney Resende de. **NOTA FISCAL ELETRÔNICA: projeto nacional e a iniciativa municipal de São Paulo – uma análise comparativa**.2007. Disponível em < http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/526.pdf > Acesso: 25.05.12.

MIGALHAS - Cibercrime ameaça empresas públicas e privadas. SANTOS, Coriolano Aurélio de Almeida Camargo. 2006. Disponível em

<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI31985,91041-Cibercrime+ameaca+empresas+publicas+e+privadas>> Acesso: 11.05.12

O SPED E A NECESSÁRIA REVISÃO DAS PENALIDADES APLICADAS:

Precisamos criar um ambiente favorável para a adoção e implantação do SPED.

RINCAWESKI, Isaac. 2011. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-sped-e-a-necessaria-revisao-das-penalidades-aplicadas/59921/>> Acesso: 27.05.12

OHIRA, Maria Lourdes Blatt . **Por que fazer pesquisa na universidade?** Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.3, n.3, 1998. Disponível em <revista.org.br/index.php/racb/article/download/329/389> Acesso: 17.11.12.

RECEITA FEDERAL- **Portal do SPED**. 2011. Disponível em <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>> Acesso: 25.04.12

VIEIRA, Antônio – **Sermão do bom ladrão**. Disponível em: <http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/resumos_comentarios/s/sermao_do_bom_ladrao> Acesso: 27.05.2012.

WEBINSIDER: Fraudes dificultam perícia em notas fiscais eletrônicas. MILAGRE, José Antônio. 2008. Disponível em <<http://webinsider.uol.com.br/2008/11/18/fraudes-dificultam-pericia-em-nota-fiscais-eletronicas-nf-e/>> Acesso: 11.05.12

VENTURALLI, Maria Alonso Mariquito. A história da contabilidade In: **A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE:** da pré-história ao panorama atual, p. 11. Disponível em: <http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/Marisa.pdf> Acesso: 16.11.12.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Fortaleza, Ceará. 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf> Acesso: 17.11.12